

OS DESCAMINHOS DO OURO E O PLANEJAMENTO TURÍSTICO: Uma estratégia para o Desenvolvimento Regional

Leandro Saar¹

Altair Sancho²

RESUMO

O objetivo do presente trabalho visou avaliar os avanços e desafios da IGR Caminhos Verdes de Minas em relação aos Descaminhos do Ouro enquanto estratégia de desenvolvimento turístico regional. Historicamente, os Descaminhos foram trajetos realizados por contrabandistas de ouro na era colonial sem o conhecimento da Coroa Real Portuguesa, permitindo dessa forma que os territórios dessa região fossem construídos e produzidos através desse fato, imbuídos de história, cultura e significados únicos. Destarte, atualmente permite que o Turismo se aproprie dessa condição histórica e singular para a construção de uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento da região, através do Planejamento Regional. A IGR, juntamente com a Universidade Federal de Viçosa, já iniciaram um projeto que visa a efetivação dessas rotas. Por esse motivo, o presente trabalho visou contribuir com os estudos já realizados a fim de garantir uma maior clareza e aprimoramento sobre o processo de planejamento e desenvolvimento regionais. Os procedimentos metodológicos tiveram caráter exploratório qualitativo, com revisão bibliográfica, levantamento documental e entrevistas semiestruturadas com os agentes modificadores do espaço. Em geral, os resultados indicam que a IGR atua de forma planejada, ainda com escassez de recursos, mas contempla pouca ou quase nenhuma participação popular nos processos de planejamento. Os municípios associados à IGR participam das ações regionais, porém ainda de forma não tão efetiva e integrada, visto também os desafios que os mesmos enfrentam em suas gestões locais. O projeto dos Descaminhos do Ouro foi pensado e realizado através de parcerias público-privadas, porém ainda carece de envolvimento e integração da comunidade local nas tomadas de decisão a fim de construir juntos uma identidade regional.

Palavras-chave: Turismo. Planejamento. Descaminhos do Ouro. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The aim of this study was to evaluate the progress and challenges of the Caminhos Verdes de Minas IGR in relation to the Descaminhos do Ouro as a regional tourism development strategy. Historically, the Descaminhos were routes taken by gold smugglers in the colonial era without the knowledge of the Portuguese Royal Crown, thus allowing the territories of this region to be built and produced through this fact, imbued with history, culture and unique meanings. Today, therefore, tourism can take advantage of this unique historical condition to build a strategic opportunity for the region's development through regional planning. The IGR, together with the Federal University of Viçosa, have already started a project aimed at

¹ Graduado em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. Email: leandroaar@yahoo.com

² Professor e Pesquisador do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenador do Centro de Investigação em Turismo, Território e Desenvolvimento Socioambiental - CITURDES/UFJF. Doutor em Geografia (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - Email: altaisancho@hotmail.com

making these routes a reality. For this reason, this work aimed to contribute to the studies already carried out in order to ensure greater clarity about the process of regional planning and development. The methodological procedures were exploratory and qualitative in nature, with a literature review, documentary survey and semi-structured interviews with the agents who changed the space. In general, the results indicate that the IGR acts in a planned way, still with a shortage of resources, but with little or almost no popular participation in the planning processes. The municipalities associated with the IGR participate in regional actions, but still not in such an effective and integrated way, given the challenges they face in their local management. The Descaminhos do Ouro project was designed and implemented through public-private partnerships, but still lacks the involvement and integration of the local community in decision-making in order to build a regional identity together.

Keywords: Tourism. Planning. Descaminhos do Ouro. Regional development.

INTRODUÇÃO

Os Caminhos do Ouro no Brasil, criados pela Coroa Portuguesa para garantir o transporte e a tributação de sua extração, se tornou um dos mais emblemáticos roteiros turísticos do país, compreendendo principalmente cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, com os chamados Caminho Velho e Caminho Novo³. Embora esses caminhos tenham sido percorridos por centenas de milhares de pessoas ao longo do período colonial e atualmente de forma turistificada, pouco se explana sobre os caminhos que foram percorridos clandestinamente para o transporte desse ouro sem o conhecimento da Coroa Real Portuguesa, principalmente no estado de Minas Gerais⁴. Com isso, se designam então, os chamados "Descaminhos do Ouro", por uma nova perspectiva de se vislumbrar a história de territórios tão importantes para o país quanto os dos caminhos oficiais (Oliveira e Soares, 2022).

Quando trazemos essa abordagem pela ótica da atividade turística, compreendemos que o turismo, visto como um fenômeno complexo e multifacetado, detém muitas vezes o poder de transformar e modificar territórios de forma benéfica através de um planejamento estruturado, que dialogue com as dimensões sociais, culturais, ambientais e econômicas presentes no espaço, de maneira sustentável.

O planejamento é uma ferramenta essencial na construção de estratégias para o ordenamento e organização dos territórios turísticos, com vistas ao desenvolvimento do turismo, seja ele local, regional ou nacional. Dessa forma, a criação das rotas turísticas dos Descaminhos do Ouro, requer uma abordagem que dialogue com os territórios e suas

³ A Estrada Real. **Instituto Estrada Real**, 1999. Disponível em: <https://institutoestrada-real.com.br/estrada-real/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

⁴ A Estrada Real e os Caminhos do Ouro. **Memória do Transporte Brasileiro**, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriadotransporte.org.br/galeria/a-estrada-real-e-os-caminhos-do-ouro/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

territorialidades, bem como a busca por artifícios que impactem positivamente na vida em sociedade.

O presente trabalho teve como objetivo principal avaliar os avanços e desafios da IGR Caminhos Verdes de Minas em relação aos Descaminhos do Ouro enquanto estratégia de desenvolvimento turístico regional. Como objetivos específicos, o trabalho se apoiou em analisar o atual cenário turístico das cidades que compõem a rota dos Descaminhos do Ouro; entender o nível de participação dos municípios e suas contribuições ao Desenvolvimento Regional; compreender a visão dos municípios sobre o papel da IGR; identificar elementos que se apresentam como limites ou desafios para o planejamento e desenvolvimento regionais; e analisar como a população é envolvida nos processos dentro da região turística.

Os Descaminhos do Ouro compreendem em sua maioria, municípios pertencentes à Instância de Governança Regional Caminhos Verdes De Minas, situada na Zona da Mata Mineira. A Instância de Governança Regional, juntamente com a Universidade Federal de Viçosa já realizaram um trabalho de coleta de dados e construção de um projeto que visa a efetivação dessas rotas turísticas do Ouro para o fomento da atividade e desenvolvimento regional (Oliveira e Soares, 2022).

Por esse motivo, o trabalho se justifica por possibilitar uma contribuição com o que já está sendo desenvolvido, garantindo que os estudos e apontamentos acerca do Turismo e seu planejamento nesses territórios da Zona da Mata Mineira sejam vislumbrados, absorvidos e aprimorados para o alcance efetivo do desenvolvimento regional e contribuindo para que a história dos Descaminhos do Ouro seja replicada e se torne conhecida em todo o país.

Os procedimentos metodológicos do presente artigo tiveram caráter exploratório qualitativo, com revisão bibliográfica em temas como História, Turismo, Território, Região, Planejamento, Desenvolvimento Regional, entre outros. Também se apoiou no levantamento documental e entrevistas semiestruturadas com os agentes modificadores do espaço.

O trabalho está organizado a partir da Introdução, pela Fundamentação Teórica dividida em duas partes. Posteriormente uma seção destinada aos processos metodológicos e subsequentemente uma seção destinada aos Resultados e Discussões, também divididos em duas partes. As Considerações Finais encerram o trabalho.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 História: Território, Territorialidade, Região e Turismo

A história, entendida como o “estudo do homem no tempo”⁵ constitui peça importante para o entendimento de que essa ciência não estuda necessariamente apenas o passado, mas sim como os homens se relacionam com o espaço e o transforma através dos tempos, num curto ou longo período de tempo (Barros, 2006). Ainda para o autor,

As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada, dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social (Barros, 2006, p. 462).

Dessa forma, compreende-se a história como um movimento de transformação e apropriação, onde as relações sociais se estabelecem de forma complexa, evidenciando a valorização dos espaços dentro do processo histórico (Moraes, 2005). Para Santos (1996 *apud* Cruz, 2007, p. 9) o espaço “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo universal. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociabilidade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo seus modos próprios da natureza. Daí o caráter pleno e exclusivo de processo social, comandado pelas ações e decisões emanadas do movimento das sociedades (Moraes, 2005, p. 41)

O uso do espaço e sua valorização pelas sociedades através da história “pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território” (Moraes, 2005, p. 44). Dessa forma, compreende-se território o modo pelo qual um ou mais atores trabalham, modificam e intervêm em um determinado espaço, estabelecendo assim as relações sociais (Lages, Braga, Morelli, 2004). De acordo com Moraes (2005, p. 44), o território “envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura social”.

Nesse sentido, o entendimento do território nos aponta as relações entre as pessoas, ou grupos com o ambiente onde se encontram. Dessa forma, abordar tal questão nos aproxima

⁵ Conceito proposto por Marc Bloch em meados do século XX (BARROS, 2006).

do termo da “territorialidade” que expressa o sentimento de pertencimento entre os agentes que compõem tal espaço, permitindo variadas escalas geográficas que podem se subdividir em uma localidade, região ou país (Santos e Silveira, 2001).

A territorialidade, como atributo humano, é primariamente condicionada por normas sociais e valores culturais, que variam de sociedade para sociedade, de um período para outro. Ela resulta de processos de socialização, da psicologia coletiva, da interação entre seres humanos mediada pelo espaço (Santos e Silveira, 2001, p. 29).

A história nos permite compreender a formação dos territórios e suas territorialidades, mas também nos mostra que são aspectos indispensáveis no entendimento da formação das regiões. “Grosso modo, uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios” (Barros, 2006, p. 463). “Uma discussão interessante nessa direção é a de saber se o que faz a região é o espaço ou, ao invés dele, o tempo, a história” (Pozenato, 2003, p. 4). A região necessita de algo que a singularize e depende do contexto onde se apresenta e de critérios que a definem, seja no plano político, social ou econômico. Os modos de vida, as delimitações territoriais, os padrões culturais e aspectos internos que dão identidade a essa porção do espaço através da história (Barros, 2006).

Assim, é possível afirmar que a ideia de região, no Brasil, tem uma referência no passado, vinculada ao processo de consolidação da nacionalidade iniciado há quase dois séculos. E uma referência no futuro, vinculada ao processo de integração do país em relações supra-nacionais e globais. Esse passado e esse futuro cruzam-se no presente. Daí ser compreensível uma certa perplexidade em se lidar com a questão (Pozenato, 2003, p. 6).

Destarte, compreender as relações espaciais através dos tempos, permite-nos inferir que todos os fatores históricos refletem no momento presente e nos concede vislumbrar horizontes e possibilidades para explorar.

O Turismo, por sua vez, enquanto fenômeno social, se apropria dessas relações temporais de produção e reprodução do espaço, construção de territórios, territorialidades e regiões, a fim de subsidiar a busca das pessoas em conhecer os mais variados destinos. Coriolano e Silva (2005) destacam que o entendimento do fenômeno turístico só é possível se a abordagem espacial for levada em consideração e o reconhecimento do contexto ao que se insere. O processo turístico também conforma territórios específicos contribuindo para a formação de regiões turísticas. Segundo Brasil (2017), “as regiões turísticas são territórios que

possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica). Geralmente esses territórios são compostos por vários municípios”. Dessa maneira,

O turismo provoca essas transformações: modifica as distribuições espaciais, impulsiona a localização de negócios e, em alguns casos, também aumenta a população por meio da recepção de pessoas. Por meio da implementação de projetos de desenvolvimento, o turismo é apresentado como um setor de serviços produtivos que requer localizações espaciais específicas, assumindo diferentes escalas territoriais - tanto em espaços grandes quanto pequenos - nas quais se localiza, é gerenciado e permite que ocorram desenvolvimentos. Essa atividade, profundamente vinculada ao uso de determinados recursos, como os naturais e histórico-culturais, ocorre no mesmo espaço econômico criado pelos seres humanos e se distribui pelo planeta de acordo com padrões específicos de localização, que determinam a forma como cada atividade econômica tende a se instalar nos territórios que lhe são mais benéficos (Wallingre, 2014, p. 145).

Cabe ressaltar que o planejamento turístico se faz essencial para a organização do espaço onde o turismo se insere, visto a necessidade de gestão dos territórios, a fim de propiciar um ambiente mais harmonioso entre população autóctone, turistas e meio ambiente.

O sucesso de uma região dependerá, em última análise, da sua capacidade de chamar a si a resolução dos seus problemas, de organizar vários agentes em torno de objetivos comuns, e de adaptar-se e ajustar-se com sucesso às pressões externas. As fontes de desenvolvimento residem, deste modo, na própria população, no seu sentido de comunidade e, talvez mais importante que tudo, no seu espírito de inovação e iniciativa (Polièse, 1998 apud Ribeiro e Vareiro, 2007, p. 471).

O desenvolvimento regional, por sua vez, se apresenta como consequência de um planejamento estruturado, que concatena o seu povo com sua história, sua cultura, seu espaço, seus territórios e as territorialidades numa dinâmica complexa, através da gestão dos recursos disponíveis nas localidades onde residem.

1.2 Planejamento Turístico e Desenvolvimento Regional

O Turismo passa a assumir uma maior projeção e relevância sociocultural a partir do século XXI, num movimento de diversificação de ofertas, maior competitividade entre os territórios que compõem tal cenário, valoração no ordenamento espacial e conseqüentemente atribuindo o desenvolvimento das localidades e regiões (Santos, 2013). “Quanto à relação

entre turismo e cultura, ela tende a reforçar-se assente no pressuposto de que deve ser simbiótica e potencializadora de contributos para o desenvolvimento sustentável dos territórios, nas suas dimensões económica, social e ambiental” (Santos *et al*, 2018, p. 16). O contato com outras culturas permite que o turista busque o destino não apenas para descanso ou válvula de escape, mas sim, para um ambiente de aprendizado contínuo numa perspectiva de “edutenimento (entretendo-se aprendendo)” (Santos, 2014, p. 70).

Nos destinos onde o turismo se apresenta, estes necessitam de um aparato de planeamento que consiga ordenar os recursos disponíveis ao mesmo tempo que beneficie as populações residentes e também as turísticas. Com o decorrer dos anos, vários conceitos de planeamento foram concebidos, uma vez que as ciências sociais e humanas estão em constante transformação, entretanto existem os princípios básicos para sua definição (Barreto, 2005, p. 29). Para Beni,

Planejamento é o processo de interferir e programar os fundamentos definidos do Turismo que, conceitualmente, abrange em três pontos essenciais e distintos: estabelecimento de objetivos, definição de cursos de ação e determinação da realimentação, já que a atividade apresenta enorme interdependência e interação de seus componentes (BENI, 1999, p. 10).

O planeamento é um processo complexo e dinâmico que tem o objetivo de articular os recursos disponíveis, sejam eles sociais, ambientais ou econômicos. Necessita de pessoal especializado e capacitado para o trabalho e a consecução dos objetivos propostos (Barreto, 2005).

O planeamento de turismo subentende um conceito fundamental: é um sistema inter-relacionado de fatores da oferta e da demanda. Os fatores da demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Os fatores da oferta compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços. Os atrativos turísticos são os aspectos característicos do local e seus respectivos diferenciais turísticos, e todas as atividades desenvolvidas em função deles. Os fatores da oferta turística, em seu conjunto, podem ser denominados de produto turístico (Beni, 1999, p. 8).

Um planeamento turístico estruturado e efetuado, que leve em consideração todos os fatores da cadeia produtiva do turismo se apresenta como pano de fundo para a consecução do desenvolvimento local e regional. “O problema do desenvolvimento regional tem assumido dimensões importantes em países de grande extensão como é o caso brasileiro, a ponto de empolgar a opinião pública de forma generalizada” (Ablas, 1991, p. 42). Dentro de sua

complexidade, assume um papel nos territórios trazendo a interação homem e natureza, promovendo transformações nos modos de vida sociais, ambientais e econômicos das localidades onde prevalece (Ablas, 1991).

Neste contexto, o planejamento turístico constitui uma ferramenta para salvaguardar os recursos naturais e histórico-culturais, dos quais a actividade turística depende e, simultaneamente, para promover uma maior eficácia e eficiência nos investimentos públicos e privados a realizar numa determinada Região (Fazenda et al, 2008, p. 79).

Coriolano (2005, p. 140 *apud* Nitsche e Teles, 2008, s.p.) considera que o “desenvolvimento regional entendido como forma de melhoria dos lugares significa uma transformação política pelos e para os seus habitantes, como espaço coletivo produzido por exigência da qualidade de vida dos residentes e não apenas em função das empresas.” Dessa forma, o fenómeno turístico tem o poder de modificar suas localidades e regiões onde reside, de forma positiva ou negativa. O planejamento regional do turismo deve ser o artifício primordial para a tomada de decisão em territórios turísticos, atendendo a critérios e objetivos pré-estabelecidos, favorecendo um ambiente apropriado para o desenvolvimento da região e todos os benefícios que ele proporciona.

“O crescimento do turismo gera externalidades positivas e negativas na sociedade, na economia e no meio ambiente, que podem fortalecer ou enfraquecer o desenvolvimento no sentido da realimentação sistêmica” (Beni, 2020, p 2). Destarte, compreendemos que o Turismo pode agregar valor, desenvolvimento e crescimento à uma região, porém deve-se levar em consideração todos os fatores que compõem o território turístico (história, cultura, meio ambiente, sociedade, visitantes, entre outros), visto a grande complexidade do fenómeno e como ele se dissipa no espaço.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho apresenta um enfoque de pesquisa exploratório e qualitativo, com vistas a explorar as relações históricas dos seres humanos com o espaço, bem como entender as dinâmicas territoriais e regionais dos Descaminhos do Ouro, que podem ser conformadas através do planejamento turístico.

A pesquisa se apoiou, dessa maneira, em uma revisão bibliográfica que se circunscreveu a partir de temas como: Turismo, Planejamento Turístico, História, Planejamento Regional, Territorialidade, Desenvolvimento Regional, entre outros, que possibilitaram uma compreensão mais efetiva acerca do objeto de estudo aqui apresentado.

Outro método utilizado foi o levantamento documental, principalmente nos órgãos oficiais da cidade como as Prefeituras, a Instância de Governança Regional (IGR) Caminhos Verdes de Minas à qual o objeto de estudo está circunscrito, Universidade Federal de Viçosa, entre outros, a fim de compreender o processo histórico da região, bem como analisar o nível de gestão ao qual essas cidades estão inseridas.

Para uma aproximação da realidade mais efetiva, fez-se necessária a construção de entrevistas semi-estruturadas (ver Apêndice A) que possibilitaram vislumbrar e investigar qualitativamente quais as questões históricas, regionais e simbólicas que permeiam os Descaminhos do Ouro e como isso pode ser benéfico para a atividade turística na localidade. Para isso, foram entrevistadas as populações autóctones da região dos Caminhos Verdes de Minas, uma vez que, compreendem peça fundamental na conformação histórico-territorial do objeto aqui estudado. Também alguns representantes municipais dos municípios associados à IGR, visto a necessidade de entendimento do nível de participação e gestão municipal ao qual se encontram e da avaliação da atuação da Instância de Governança na região. Foi necessário entrevistar também, um representante do Circuito Caminhos Verdes de Minas, uma vez que, o estudo busca identificar os processos turísticos gerenciais que circundam a região aqui elucidada com base em suas articulações e estratégias para o desenvolvimento turístico regional com foco nos “Descaminhos do Ouro”. E por fim, um representante do estudo sobre os “Descaminhos do Ouro” realizado pela Universidade Federal de Viçosa, através da Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) em parceria com a IGR, com o intuito de investigar quais as motivações, limitações e benefícios turísticos que o projeto trará sob a perspectiva histórico-cultural da região. Não houve resposta do representante da Funarbe, porém o projeto realizado pela entidade possibilitou um entendimento da proposta como um todo.

Para que o estudo compreenda melhor as relações espaciais entre pessoas e territórios, faz-se necessário esse apanhado de dados mais complexo acerca dos agentes que compõem o espaço aqui em questão.

3 RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os resultados das pesquisas realizadas sobre o planejamento turístico regional dos Descaminhos do Ouro que envolveram levantamentos bibliográfico e documental e, também, realização de entrevistas semiestruturadas com agentes gestores e produtores desse recorte espacial.

3.1 O processo histórico de apropriação do espaço, o nascimento dos “Descaminhos do Ouro” e sua turistificação

Para melhor compreender todo o processo histórico-territorial do objeto aqui estudado foram necessárias buscas minuciosas por informações em documentos oficiais junto à Instância de Governança Regional Caminhos Verdes de Minas e o Instituto Arthur Bernardes (FUNARBE/MG) da Universidade Federal de Viçosa, também o levantamento bibliográfico para entender todo o processo histórico dos Caminhos e Descaminhos do Ouro no Brasil. Foram realizadas também, entrevistas semiestruturadas com um representante da IGR Caminhos Verdes de Minas, com alguns representantes municipais de turismo das cidades associadas e também com a população residente circunscrita em tal território, uma vez que há a necessidade do entendimento de como esses agentes se posicionam no espaço, ora o modificando, ora o reestruturando.

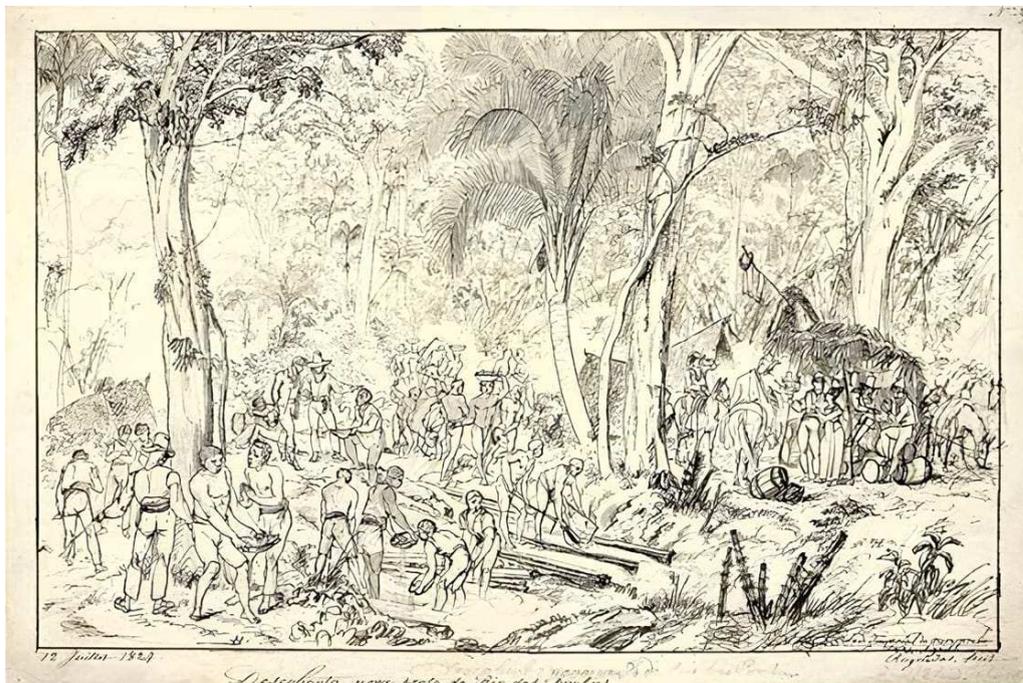
Historicamente, as Minas Gerais foram um dos principais centros econômicos do Brasil, visto a grande concentração de materiais preciosos, principalmente ouro, em seus solos, e o desejo e busca incessantes das pessoas em conquistarem uma parcela valiosa disso para si. Tal movimento desencadeou a apropriação e transformação dos espaços ao longo da história, possibilitando que territórios fossem criados e difundidos, à medida em que a cultura mineira fosse nascendo e se recriando dentro do contexto histórico do país (Moraes, 2005).

Nesse sentido, compreendemos que a formação dos territórios mineiros se deu, em boa parte, pelos diversos interesses atribuídos à extração e comercialização do ouro, primeiramente com o Caminho Velho e o Caminho Novo, regidos pela Coroa Real Portuguesa, e posteriormente com os Descaminhos do Ouro, com o contrabando ilegal desses materiais preciosos.

Dessa forma, durante o século XVIII até meados do século XIX, os contrabandistas usavam rotas estratégicas, diferentes das rotas tradicionais (Estradas Reais), para transportar o ouro encontrado nas minas, evitando dessa maneira pagar os impostos à Coroa Real Portuguesa, que eram, por sua vez, obrigatórios. Esses caminhos alternativos se tornaram o que conhecemos hoje como os “Descaminhos do Ouro”, e tem um grande impacto e

relevância regional, pois seu traçado revela a formação e transformação histórica, cultural e urbana de territórios da Zona da Mata Mineira (Oliveira e Soares, 2022).

Figura 1 - Descoberta Nova - atualmente município de Descoberto - MG (12 de julho de 1824)



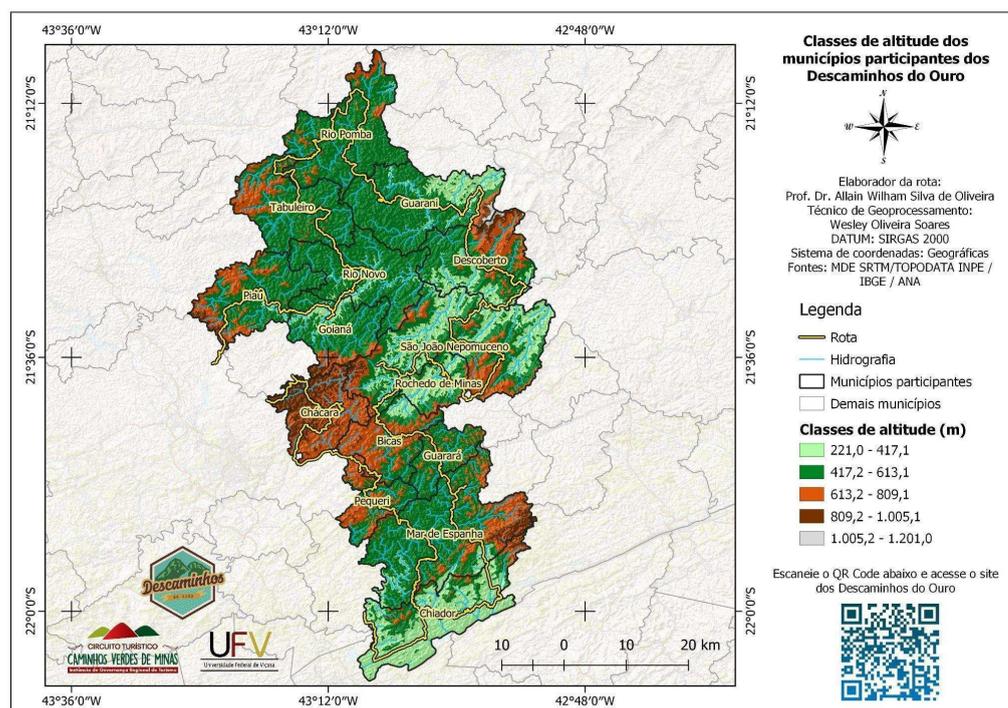
Fonte: Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821 - 1829 (Rugendas, Taunay e Florence, 1998)

A região onde se encontram as rotas dos Descaminhos era conhecida no século XVIII como Sertões do Leste das Áreas Proibidas, que para a coroa imperial, servia como uma poderosa barreira verde com a Mata Atlântica densa, evitando, por consequência o contrabando dos materiais preciosos e invasões de terceiros. Entretanto, o que o alto império ainda não tinha conhecimento é que tal região já era bastante conhecida e percorrida por índios, o que facilitou os trajetos dos contrabandistas, também conhecidos como muambeiros, na época. Tais pessoas conseguiram conquistar de certa forma uma autonomia em relação à Coroa Portuguesa, movimentando economicamente a região, transportando também elementos como porcelanas, sal, tecidos, entre outros (Oliveira e Soares, 2022).

A construção dos territórios da Zona da Mata Mineira, tendo como pano de fundo a história colonial aurífera repleta de significado e significâncias, permitiram o nascimento também de regiões dotadas de territorialidade e regionalidade que partem agora não mais pelos caminhos de contrabando, mas que emergem através deles com uma singularidade que se potencializa através dos meandros da história contada e construída.

A região dos Caminhos Verdes de Minas, constitui peça importante no ordenamento dos territórios da Zona da Mata Mineira, locais de passagem dos Descaminhos do Ouro na era colonial e agora como locais de potencial turístico que celebram a história e o patrimônio cultural regional. As cidades que compõem tal região são: Bicas, Chiador, Chácara, Descoberto, Goianá, Guarani, Mar de Espanha, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Pomba, Rochedo De Minas, São João Nepomuceno E Tabuleiro.

Figura 2 - Mapa da Rota dos Descaminhos do Ouro



Fonte: Projeto de elaboração dos roteiros turísticos dos Descaminhos do Ouro (Oliveira e Silva, 2022).

A região dos Descaminhos do Ouro aqui apresentada pertence à Instância de Governança Regional Caminhos Verdes de Minas, com sede na cidade de Rio Novo, e tem seus quatorze municípios associados supracitados e elucidados no mapa. A IGR com todo seu papel de articular e gerenciar as demandas turísticas da região, observou as potencialidades dos Descaminhos e ponderou sobre a construção de um projeto turístico que englobasse todas essas cidades através dessas rotas do contrabando colonial, facilitando o desenvolvimento regional através do turismo. “A IGR visualizou no projeto original muitas oportunidades e linhas de trabalho, que agora em 2024, com o processo de atualização do PRT⁶, o Descaminhos do Ouro passará a ser um Macro Programa de Desenvolvimento Regional”.

⁶ Plano Regional de Turismo

afirma o representante da IGR. Dessa forma, foi feita uma parceria com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) da Universidade Federal de Viçosa, através do professor e orientador Allain Oliveira e seu estagiário Wesley Soares, que fizeram toda a pesquisa e elaboraram o projeto, bem como reuniões com os municípios associados para apresentação da proposta. “Para construção desta rota foram efetuados estudos de bibliografia e em materiais cartográficos antigos, sendo possível após estes levantamentos traçar o caminho histórico” (Oliveira e Soares, 2022, p. 16).

Tal Rota tem a proposta de um trajeto mais específico e delimitado, compreendendo pontos estratégicos do passeio turístico pelos 14 municípios, diferente de um roteiro, que se mostra mais abrangente e nem tanto delimitado. “A lógica da rota visa a facilidade do percurso, sua maior proximidade com o traçado histórico” (Oliveira e Soares, 2022, p. 16).

É importante destacar que a IGR Caminhos Verdes de Minas tem o domínio exclusivo do projeto, por enquanto, como a aquisição dos estudos, documentação e materiais, adquiridos através de investimentos financeiros que se somam, até agora, em R\$60.000,00, segundo o representante do Circuito.

O projeto turístico dos Descaminhos do Ouro tem como objetivo a atração de turistas e visitantes que buscam uma experiência rural e natural, com a possibilidade do turismo de aventura, bem como o desfrute do meio cultural e histórico que ambientaliza a região. “Ao longo do trajeto existem agroindústrias familiares, museus, feiras, arquitetura, objetos sacros, produções agroecológicas, além de uma farta e variada culinária que poderá proporcionar ao visitante uma grande riqueza cultural” (Oliveira e Soares, 2022, p. 15).

Um fator relevante levado em conta na formulação do projeto foi o aspecto econômico que evidencia a fragilidade da vida no campo e sua decadência pelo abandono de pequenas propriedades. A turistificação desses espaços poderá trazer uma nova perspectiva para essas populações, visto a geração de emprego e renda, movimentação da economia local, com inclusão social atrelados à sustentabilidade (Oliveira e Soares, 2022).

O fenômeno turístico, por ser complexo e multifacetado, demanda uma abordagem sistêmica de entendimento e atuação. Compreender essa dinâmica e suas influências internas e externas faz-se essencial para o bom funcionamento do processo da atividade turística. Precisamos entender também que todas essas facetas do turismo devem estar alinhadas e em sintonia para a promoção e fomento do desenvolvimento, permitindo a integração do ambiente, dos territórios, da região e dos agentes que a compõem, num movimento sustentável.

Os Descaminhos do Ouro é o exemplo de que a história orienta a vida, passado, presente e futuro. E que o turismo vem como pano de fundo para que tal história se perpetue através dos tempos.

3.2 O Planejamento Turístico na conformação do Desenvolvimento Regional

O Projeto dos Descaminhos do Ouro já está em execução e compreende algumas fases de ação. Termos de parceria com a Funarbe/MG foram assinados em 2018 e 2021, que tinham em seu escopo uma série de atribuições quanto ao levantamento de dados históricos e georreferenciamento da rota, bem como a mobilização e sensibilização da população residente da região e também dos gestores municipais que atuam no segmento turístico.

De acordo com as pesquisas realizadas com os representantes de turismo associados à IGR, apenas um representante respondeu não ter conhecimento da rota dos Descaminhos do Ouro, os demais deram ciência. Importante ressaltar que uma minoria de representantes que respondeu a pesquisa, apenas 5 cidades, dentre os 14 associados, mesmo com as devidas investidas do representante da IGR, enviando e-mails e mensagens em grupos. Porém, compreendemos também que os municípios estavam no período de demandas de carnaval, o que pode ter dificultado no tempo hábil para respostas. Os representantes municipais foram entrevistados no período de janeiro e fevereiro de 2024.

Segundo a pesquisa realizada no período de janeiro e fevereiro de 2024 nas cidades de Bicas, Chácara, Descoberto, Guarani, Piau, Rio Novo, Rio Pomba, Rochedo de Minas e São João Nepomuceno, somando um total de 31 pessoas, 54,8% responderam que tinham conhecimento que suas cidades faziam parte da IGR Caminhos Verdes de Minas, e 45,2% afirmaram não ter tal conhecimento. Perguntados se sabiam da existência dos Descaminhos do Ouro, apenas 16,1% mostraram ciência sobre o assunto e 83,9% disseram não ter conhecimento sobre. Entretanto, aos que responderam positivamente, também afirmaram ter um conhecimento mais raso sobre o assunto.

A integração da população no processo de planejamento ainda é um desafio para as cidades e regiões, principalmente para aquelas que ainda não são consolidadas turisticamente. Essa limitação que se apresenta influencia diretamente no desenrolar da atividade turística, comprometendo a percepção da população autóctone sobre o turismo local e regional, desencadeando um processo de alienação turística, falta de identidade e senso de pertencimento por parte da comunidade das localidades e da região.

Embora no escopo do projeto dos Descaminhos do Ouro estejam previstas essas fases de tratativas com todos os representantes municipais, a pesquisa mostra que não atingiu cem por cento de seu aproveitamento, podendo comprometer assim o desenrolar das atividades ao longo da execução do projeto, comprometendo também a contribuição da cidade no desenvolvimento da região. Entretanto, a Metodologia do projeto aponta que foram realizadas visitas em lócus com a presença do representante legal para a confecção do relatório (Oliveira e Soares, 2022), podendo configurar dessa forma falha na comunicação interna da Prefeitura Municipal.

É importante ressaltar também que a maioria dos representantes municipais de turismo não tem formação na área ou afins, o que pode travar ou dificultar a gestão turística municipal, visto que geralmente o turismo está atrelado a uma Secretaria que concentra também outras áreas como a Cultura, Esporte, Ambiente, entre outros, não recebendo a devida importância ou prioridade para execução das ações municipais. De acordo com representante da IGR, alguns desafios são enfrentados como o “nível de entendimento, comprometimento e direcionamento das gestões públicas municipais em relação aos trâmites da implantação de políticas públicas, e na articulação e confiança interna junto aos demais setores”.

A articulação no território turístico demanda uma estratégia bem definida e tempo para ser realizada. Os agentes que compõem o espaço precisam estar envolvidos no processo, fazendo a gestão dos territórios turísticos, contribuindo com o envolvimento e participação da população nas tomadas de decisão, criando parcerias que beneficiem o ambiente onde estão inseridos, a fim de garantir uma gestão mais endógena e sustentável, com vias ao estabelecimento de políticas públicas mais claras e eficientes.

A região turística é caracterizada pelo aglomerado de territórios que possuem certa similaridade ou que se complementam, sejam pelas questões culturais, históricas, ambientais, geográficas ou econômicas (Brasil, 2007).

A transformação da região turística e seus territórios requer medidas de gestão que viabilizem a feitura das etapas do projeto, integrando a região, a população, os turistas, os gestores, enfim, todos os agentes contidos no espaço.

Faz-se necessário a consecução de um planejamento estruturado que compreenda estratégias de envolvimento dos setores da sociedade, a fim do estabelecimento de uma gestão endógena, atenta às potenciais parcerias contidas no território, bem como a inserção da comunidade no processo do planejamento regional.

O Projeto dos Descaminhos do Ouro deixa claro que deve haver a inserção da comunidade na obtenção de um turismo mais sustentável e com responsabilidade social.

“Diálogos necessários à implantação do projeto serão fundamentais para se desenvolver um turismo sustentável, com inclusão social, que poderá ser um gerador ou provocador de grande capital social, que é fundamental ao desenvolvimento” (Oliveira e Soares, 2022, p. 15). Entretanto, não deixa claro como fazer esse envolvimento com a população local, quais os passos serão dados, quais abordagens serão utilizadas durante o processo. Dessa forma, o apelo ao envolvimento da sociedade nos processos decisórios fica estabelecido de forma rasa e genérica.

De acordo com representante da IGR, no período de 2018 e 2019 aconteceu o levantamento de dados históricos, bem como a análise da geografia regional e o reconhecimento do território. Em 2020, ano de pandemia, as ações se movimentaram no sentido de identificar as modalidades a serem trabalhadas na rota, juntamente com a atualização do Plano Regional de Turismo e tais estudos foram explicitados em reuniões online. No ano de 2021, houve a ampliação da rota, visto que o número de associados cresceu, e dessa forma, a Universidade Federal de Viçosa junto à IGR necessitaram voltar a campo para mais investigações sobre o território ampliado. Em 2022 e 2023, houve a criação de arquivos de mídia como catálogos, mapas e aplicativos de internet, bem como mais trabalhos de campo. Para o ano de 2024, o projeto chega em um novo patamar e avança para o lançamento oficial da Ciclorota Turística dos Descaminhos do Ouro, com previsão para junho de 2024.

Em nenhum momento o envolvimento da comunidade regional é citado nas etapas entre os anos de 2018 e 2023, o que retoma o aspecto vago deixado no projeto sobre a inserção da sociedade na busca pelo desenvolvimento turístico regional.

De acordo com representante da IGR, tal ciclorota será o primeiro produto turístico formatado na região, ampliando suas expectativas para o mercado turístico de Minas Gerais. A modalidade de ecoturismo será o ponto chave da proposta, sendo criado também material gráfico e site específico para promoção, bem como sinalização turística própria. Os recursos utilizados nessa empreitada são advindos da própria IGR e também de um edital específico pleiteado junto à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT).

Embora o produto apresente notável potencial turístico, unindo a história e a cultura locais, ainda permanecem na linha exógena de gestão, onde as decisões são tomadas internamente, sem o conhecimento da população, acarretando na falta de identidade territorial circunscrita no projeto. O desafio que se mostra agora é: como aproximar mais a comunidade regional agora que o projeto já está em fase de execução? Nesse sentido, as articulações

municipais também junto à comunidade são de extrema importância para a criação desse vínculo endógeno.

Destarte, é possível evidenciar que há falta de estratégias mais efetivas em relação ao envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão, mas há uma preocupação da IGR frente aos novos desafios apresentados, e que mobilizar parcerias tanto internas quanto externas pode contribuir efetivamente para o sucesso de tal empreitada. Segundo o representante da Instância de Governança, houve a realização de parcerias com o Sistema 5S's, hotéis, empreendedores do ramo de ciclismo, entre outros, para consecução dos objetivos.

Usar de artifícios de gestão como as parcerias público-privadas, atribui à atividade turística e seus produtos uma perspectiva de valoração dos territórios e dos agentes que os produzem, reproduzem e os transformam. A inserção do capital social na condução das políticas públicas também é ponto chave como artifício de gestão na atividade turística e demanda um planejamento estruturado que dialogue com a comunidade.

Compreendemos assim, que o posicionamento da IGR e dos municípios frente às novas demandas, suas articulações, interconexões e **como envolvem a comunidade**, configuram parte importante nas tomadas de decisão a respeito dos Descaminhos do Ouro. As políticas públicas cumprem um papel decisivo no desenrolar da atividade turística regional e necessitam de bases sólidas que as sustentem e permitam a continuidade da empreitada.

Quanto aos municípios da IGR Caminhos Verdes de Minas, 50% estão associados ao Circuito por um período de 10 a 15 anos, 33% num período de 2 a 5 anos e 16,7% disseram estar associados num período de 5 a 10 anos. A grande maioria dos respondentes atestaram ter um Plano Municipal de Turismo e um Conselho Municipal de Turismo ativo, e todos fazem pleito do ICMS Turístico. Perguntados sobre a participação nas ações regionais, todos, sem exceção disseram participar ativamente nas ações propostas pela Instância de Governança Regional, porém sobre a avaliação das atividades turísticas regionais, 66,7% responderam que são boas, 16,7% responderam que são regulares e os outros 16,7% responderam que são ruins.

A participação dos municípios associados aos Circuitos nas ações regionais são essenciais e obrigatórias para o pleito do ICMS critério Turismo. Tais ações representam fator determinante na regionalização do turismo, visto que demanda interação e a interconexão entre os associados, contribuindo com as economias locais, fortalecendo o turismo regional, possibilitando trocas e *networking* entre as cidades. Entretanto, apenas participar para cumprir uma obrigatoriedade não valida a efetividade da ação turística. É necessário comprometimento dos municípios junto à IGR e também uma eficaz integração da IGR para com os municípios. O pensamento regionalizado não deve se limitar apenas às

obrigatoriedades frente às demandas da IGR, mas sim como forma de alcance do empoderamento da região como um todo e de sua potência competitiva, através das parcerias entre os associados e a participação das populações residentes.

Sobre a participação e atuação do município no planejamento e desenvolvimento regional do turismo, os representantes das cidades alegaram que contribuem, mas ainda tudo é muito incipiente. Um deles afirma que “atualmente há uma preocupação com o desenvolvimento da atividade turística no município, portanto avalio como boa a atuação, porém pode melhorar”. Outro ainda conclui que “Como fazemos parte de um circuito turístico penso que estamos dentro do padrão de desenvolvimento da nossa região. Seguimos a IGR”.

A gestão da IGR deve fazer com que os municípios se sintam integrados e parte dos processos turísticos, envolvendo a região como um todo. É dever do município se comprometer com as atividades, projetos e ações desenvolvidas pelo Circuito, bem como, se responsabilizar pelo objetivo da construção de uma região turística integrada, que busca o desenvolvimento endógeno regional. Além de ações regionais, as cidades também precisam fazer sua gestão propondo ações locais de fomento e valorização de seus atributos turísticos, contribuindo dessa forma para a turistificação da localidade e da região onde se insere.

É importante destacar que o planejamento regional do turismo deve integrar os setores da sociedade, possibilitando também o protagonismo municipal. A atividade turística necessita que o Estado intervenha através de políticas públicas de turismo eficientes para o estímulo e fomento do fenômeno, imbuídos de fatores internos e externos que poderão contribuir para o desenvolvimento da região. O planejamento precisa ser elaborado nas esferas nacional, regional e local, através de políticas públicas que dialoguem com o contexto social, ambiental, cultural e econômico das localidades (Mesquita, 2001).

Dessa forma, um planejamento turístico local e regional que esteja em confluência com os mesmos propósitos entre seus territórios tende a obter maior sucesso se realizado de forma endógena, ou seja, com a participação e integração da população e dos setores envolvidos.

Em cidades e regiões onde a atividade turística ainda não é consolidada, as populações tendem a ter um pensamento estrutural de que o turismo nunca será uma pauta importante para as localidades, muitas vezes por terem uma noção muito rasa e genérica do que é o fenômeno turístico. Isso aponta um grande desafio para os gestores de turismo, uma vez que envolver as pessoas nos processos e criar uma mudança em suas crenças limitantes demandam tempo e estratégias muito bem pensadas a fim de garantir uma maior participação da população nas questões de cunho turístico. Assim, a endogenia se apresenta no processo de

planejamento como essencial para a consecução de um desenvolvimento pleno. Entretanto, na prática nem sempre as cidades conseguem a participação efetiva da sociedade, mesmo com os mais diferentes meios de integração e participação.

É importante que haja um canal de comunicação direta com os setores responsáveis pelo turismo, tanto nos municípios quanto nas Instâncias de Governança, assim a população terá um acesso mais facilitado para se integrar. Os Conselhos Municipais de Turismo são órgãos de extrema relevância para o debate do turismo no âmbito da sociedade, deliberando acerca de propostas de intervenção e investimentos turísticos citadinos. Outra ferramenta importante da administração pública são os Chamamentos Públicos, que dão voz ao povo residente, contribuindo para sua integração no processo de tomada de decisão. Essas e outras formas contribuem para a inserção da sociedade no planejamento do turismo local e regional, atribuindo à atividade um caráter endógeno e sustentável.

Percebemos que o projeto dos Descaminhos do Ouro preconiza os processos endógenos, porém de forma incipiente, visto as diversas dificuldades que as cidades que ainda não são consolidadas turisticamente enfrentam em suas gestões. Os representantes municipais de turismo, quando perguntados sobre as limitações e dificuldades no processo de desenvolvimento turístico, apontaram que existe a falta de engajamento nas agendas do executivo, falta de percepção da comunidade e identidade turística, a falta de recursos para o incremento da atividade e parcerias entre o poder público e privado. Segundo Mesquita (2001, p. 107), “para o planejamento do turismo, é sempre sugerido o esquema de estrutura integrada de processos, uma vez que a atividade abrange setores diferenciados da sociedade”.

A percepção e entendimento da população em relação ao turismo ainda é bem rasa, no que aponta a pesquisa, o que pode dificultar também o acesso e engajamento dessas pessoas nos processos de gestão do turismo. Mas a maioria reconhece a importância da atividade ser um vetor de crescimento e desenvolvimento para as cidades onde habitam. Segundo o representante do Circuito Caminhos Verdes de Minas, a falta de recursos também é uma das principais limitações em se tratando de desenvolvimento turístico, no que tange a implantação de projetos e das ações do PRT. A IGR recebe uma única arrecadação através dos Termos Associativos com os municípios, obtendo valores irrisórios para o estabelecimento das atividades, o que “sufocam a gestão financeira da entidade”. O representante ainda acrescentou que “ainda não existe direcionamento de recursos exclusivos para as IGRs por parte dos órgãos institucionais (Secult/MG)”.

O fator financeiro é atualmente um dos principais gargalos no que diz respeito aos desafios enfrentados pelas cidades e pelas regiões de potencial turístico, atrasando e dificultando o desenvolvimento do turismo local e regional.

A falta de participação popular também é um ponto crucial na não efetividade do planejamento turístico. A maioria dos entrevistados disse não participar do processo de planejamento do município onde reside, por inúmeros motivos. Alegando que “infelizmente não existe iniciativa para o turismo aqui”, “por falta de oportunidade”, “pois nunca foi aberta uma consulta pública”, “não vejo divulgação sobre o assunto”, “pois pouco ouvi falar de planejamento de turismo em minha cidade”, entre outros.

Destarte, entender que o processo de planejamento turístico é complexo e não estático, nos permite uma aproximação mais esclarecida sobre os desafios e oportunidades advindos do fenômeno turístico. Assim, compreendemos que o projeto dos Descaminhos do Ouro, imbuído de valor histórico, é uma estratégia relevante, de interesse social, econômico e cultural, que precisa estar alinhada com o planejamento regional, mas também que necessita de maior integração e articulação entre os setores da comunidade e da população residente, vislumbrando, dessa forma, o alcance do crescimento e do desenvolvimento local e regional, contribuindo com a experiência do turista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dos Descaminhos do Ouro é rica e inovadora, pois reúne história, cultura, territorialidade, significados e significâncias que foram se formando e transformando por um povo através dos tempos. Agora esses territórios passam por uma nova perspectiva de apropriação com a inserção da atividade turística, movimentando a região e recriando sua identidade regional.

Os planejamentos local e regional são os pontos de partida para que essa estratégia se concretize de fato e traga benefícios para os territórios em questão e para as pessoas que ali vivem. Compreendemos que gerir grandes porções do espaço não é tarefa fácil e demanda uma série de recursos para sua efetivação. A IGR tem o papel central na gestão, articulação e organização do turismo no território regional e depende também do engajamento e comprometimento das cidades circunscritas nessa porção do espaço com suas gestões locais.

Entendemos que há uma vontade genuína por parte da IGR Caminhos Verdes de Minas e seus associados na concretização da Rota Turística dos Descaminhos do Ouro, porém

há uma série de limitações como a falta de recursos e o não envolvimento da população, que podem fazer com que a estratégia não atinja o sucesso esperado.

Temos uma população local e regional que não está envolvida nos processos de planejamento e que nem sequer conhece a proposta dos Descaminhos do Ouro. Envolver a comunidade local nos processos é ponto crucial no desenvolvimento endógeno da região, cria identidade regional e senso de pertencimento e aumenta o engajamento do capital social.

O planejamento integrado requer um esforço que nem sempre a administração pública está disposta a realizar, porém se faz essencial para a conformação do desenvolvimento local e regional. Ações no sentido de dar voz e integrar a população cria uma atmosfera mais harmoniosa entre os agentes reprodutores do espaço e permitem que a cultura e história daquelas populações sejam levadas em consideração na realização das ações e dos projetos.

Destarte, a introdução do turismo em espaços de relevância histórica e cultural criam o empoderamento desses lugares, principalmente se a história ficou “escondida” durante os anos. Necessitam dessa forma, do saber planejar, integrar e gerir os recursos disponíveis de forma responsável, valorizando sua população local e regional, evidenciando sua cultura singular para as demais culturas. Isso faz girar a engrenagem do fenômeno turístico, de forma a englobar todos os agentes através de boas práticas de gestão e organização sustentáveis.

No que tange às limitações do estudo aqui apresentado, o tempo hábil para a consecução das entrevistas foi um dos principais obstáculos do trabalho de pesquisa, por esse e outros motivos, a margem de entrevistados não atingiu o esperado, porém sem alterar a relevância do estudo. Compreendemos que os Descaminhos do Ouro ainda necessitam de mais estudos interdisciplinares por se tratar de um campo vasto e rico do turismo. Destarte, realizar mais investigações nesse sentido só amplia a percepção do fenômeno turístico em relação às tomadas de decisão dos órgãos competentes, ao planejamento integrado e ao desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

A Estrada Real. **Instituto Estrada Real**, 1999. Disponível em: <https://institutoestrada-real.com.br/estrada-real/>. Acesso em: 5 fev. 2024.

A Estrada Real e os Caminhos do Ouro. **Memória do Transporte Brasileiro**, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriadotransporte.org.br/galeria/a-estrada-real-e-os-caminhos-do-ouro/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ABLAS, Luiz. **Efeitos do Turismo no Desenvolvimento Regional**. Revista Turismo em Análise. Universidade de São Paulo, 1991.

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço e Tempo**: interações necessárias. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.460-476, Jul/Dez 2006

BENI, Mário Carlos. **Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional**: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo. Turismo em Análise, São Paulo, 10 (1):7-17 maio, 1999

_____. **Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 14 (2), p. 1 - 8, mai/ago, 2020

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo**. Ministério do Turismo, 2017.

CAVACO, Carminda. Territórios de turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 20, p. 51-67, 2013.

CAVALCANTE, Paula. **Negócios de Trapças, Caminhos e Descaminhos da Coroa Portuguesa (1700 - 1750)**. São Paulo: Hucitec. 2006

CORIOLOANO, Luzia; SILVA, Sylvio. **Turismo e Geografia**: Abordagens críticas. Fortaleza: Ed. UECE, 2005

CRUZ, Rita. **Geografia do Turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca. 2007

FAZENDA, N. FERNANDO, N.D.S. COSTA, C. **Política e Planeamento Turístico à escala regional: o caso da agenda regional de turismo para o norte de Portugal**. Revista Portuguesa de Estudos Regionais. núm. 18, pp. 77-100. Portugal, 2008.

FRATUCCI, A. C; MORAES, C.C.A; ALLIS, T. Espaços e territórios do turismo: reflexões e indagações. **Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, v. 12, p. 2015, 2015.

LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. - Rio de Janeiro : Relume Dumará / Brasília, DF : SEBRAE, 2004.

MESQUITA, Cláudia. **Turismo e Planejamento Regional**. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano III • Nº 4. Salvador, BA. Julho de 2001.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. Annablume. 3ª Edição. 2005.

OLIVEIRA, A. W. S; SOARES, W. O. **Projeto de Elaboração do Roteiro Turístico Descaminhos do Ouro**. Universidade Federal de Viçosa, 2022.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: **Processos culturais: reflexões sobre a dinâmica cultural**. Caxias do Sul: EducS, 2003

RIBEIRO, J. C; VAREIRO, L. C. **Turismo e Desenvolvimento Regional: o espaço rural como destino turístico.** 1º Congresso Internacional Casa Nobre Um Patrimônio Para o Futuro, 2007.

KOMISSAROV, Boris Nikolaevich et al. **Expedição Langsdorff ao Brasil 1821-1829: aquarelas e desenhos de Taunay.** Edições Alumbamento, 1988.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro:** Record, 2001.

SANTOS, Norberto Pinto dos. **Turismo, gestão e território.** Caderno Virtual de Turismo. Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas de turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.66-s.86, nov. 2014

SANTOS, José Antônio et al. **Turismo Cultural: Abordagens e Perspectivas do Patrimônio Material e Imaterial.** Universidade do Algarve, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, 2018

WALLINGRE, Noemí. **Turismo, territorio y municipio.** FACES | Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales | UNMdP, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Entrevistas Semiestruturadas

Entrevistas para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Representante da IGR Caminhos Verdes de Minas

- 1) Atua na gestão da IGR há quanto tempo?
- 2) Quantos municípios estão associados, atualmente?
- 3) As cidades associadas são participativas? () Sim () Não
Justifique sua resposta
- 4) Como você avalia o nível de articulação/comunicação da IGR com os demais municípios?
() Ruim () Regular () Bom () Ótimo () Excelente
Justifique sua resposta
- 5) Quais os principais desafios enfrentados pela IGR para o desenvolvimento regional?
- 6) Como surgiu a iniciativa da criação do Roteiro Descaminhos do Ouro?
- 7) Qual foi o valor aproximado investido no projeto? Houve parceiros externos além da Universidade Federal de Viçosa?
- 8) O projeto já está sendo executado? Se sim, em qual fase de execução?
- 9) Quais os pontos positivos e negativos da implantação dos Descaminhos do Ouro para a região?
- 10) Qual o nível de adesão dos associados à iniciativa?

- 11) Como você considera que a estratégia dos Descaminhos do Ouro irá contribuir para o desenvolvimento regional?
- 12) De que forma a população tem sido envolvida no processo?

Entrevista para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
Representante da Fundação Arthur Bernardes - UFV

- 1) Como a entidade foi escolhida para a realização do Projeto Descaminhos do Ouro, idealizado pela IGR Caminhos Verdes de Minas?
- 2) Como você avalia a comunicação/articulação com a IGR Caminhos Verdes de Minas para realização da proposta?
- 3) Pontos fortes e fracos da pesquisa?
- 4) Quais os desafios enfrentados com a coleta de dados referentes aos Descaminhos do Ouro?
- 5) A infraestrutura turística das cidades associadas foram levadas em consideração na construção da proposta?
- 6) Para você, qual a relevância dos Descaminhos do Ouro para o fomento do turismo e desenvolvimento regional?
- 7) De que forma a população tem sido envolvida no processo?

Entrevista para Trabalho de Conclusão de Curso
População Autóctone

- 1) Qual a cidade onde mora?
- 2) O que é turismo pra você?
- 3) Você sabia que sua cidade pertence ao circuito turístico Caminhos Verdes de Minas?
(.) Sim (.) Não
- 4) Já ouviu falar na história dos Descaminhos do Ouro? Se sim, o que sabe sobre?
- 5) Qual a importância do turismo pra sua cidade?
- 6) Você participa de alguma forma no processo de planejamento do turismo em sua cidade e/ou região? Se sim, de que forma? Em caso negativo, comente porque não participa.

Entrevista para Trabalho de Conclusão de Curso
Representantes Municipais de Turismo

- 1) Qual a importância do turismo pra sua cidade?
- 2) Como você avalia as ações turísticas realizadas em seu município? () Péssima () ruim () regular () boa () ótima () excelente
- 3) Há quanto tempo a cidade está associada ao Circuito Caminhos Verdes de Minas? Como avalia essa participação e atuação do município no planejamento e desenvolvimento regional do turismo?
- 4) O município tem um Conselho de Turismo ativo?
- 5) A cidade tem um Plano Municipal de Turismo?
- 6) O município faz pleito do ICMS Turístico?
- 7) Sua cidade participa ativamente das ações regionais realizadas pelo Circuito? () Sim () não () esporadicamente

8) Como você avalia a gestão da IGR para o fomento e desenvolvimento do Turismo local e regional?

Péssima ruim regular boa ótima excelente

JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA

9) Você tem conhecimento da proposta dos Descaminhos do Ouro?

Se sim, como avalia essa iniciativa? Aponte os pontos fortes e fracos

10) Quais as limitações e dificuldades enfrentadas no seu município para o desenvolvimento do turismo?

11) De que forma a população tem sido envolvida no processo?